

“Dublando” a África pré-colonial e a Diáspora Atlântica: conhecimento histórico e o Sul global

GREEN, Toby. “Dubbing” pre-colonial Africa and the Atlantic diaspora: Historical knowledge and the Global South. *Atlantic Studies*, v. 17, Iss. 2, 2020¹

Lucas Aleixo Pires dos Reis

Graduado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

lucas.aleixo228@gmail.com

Recebido em: 24/04/2021

Aprovado em: 07/06/2021

Resumo: O que se passou por “conhecimento” histórico sobre a África pré-colonial e a diáspora foi durante séculos definida através da lente de observadores estrangeiros. Os principais resultados de pesquisas foram moldados pelas preocupações dos financiadores externos, sejam eles a Coroa portuguesa e as ordens missionárias no século XVI e XVII ou os governos coloniais do século XX. Esse padrão continuou no século XXI. Programas de Ajuste Estrutural tornaram quase impossível para as instituições africanas se concentrarem nos paradigmas do conhecimento pré-colonial e o processo de produção de conhecimento neste campo foi capturado pelo Norte global. Como os trabalhos considerados neste artigo mostram, este padrão começou a mudar com o crescimento dos Estudos Africanos no Brasil. Este artigo de revisão considera o impacto destes trabalhos, os diferentes olhares que oferecem à África pré-colonial e as consequências que podem acarretar no atual debate sobre a descolonização dos currículos.

Palavras-chave: África, Brasil, História pré-colonial, Produção de conhecimento, Sul global, Descolonizando o currículo.

Abstract: What has passed for historical “knowledge” about precolonial Africa and the diaspora has for centuries been “dubbed” through the lens of foreign observers. The main research findings have been shaped by the concerns of external financial backers, be they the Portuguese crown and Missionary orders in the sixteenth and seventeenth centuries or the colonial governments of the twentieth century. This pattern has continued into the twenty-first century. Structural Adjustment Programmes made it almost impossible for African institutions to focus on precolonial knowledge paradigms, and the process of knowledge production in this field was captured by the Global North. As the works considered in this review show, this pattern began to change with the growth of African

¹ Tradução completa publicada com a permissão do editor Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com>

Studies in Brazil. This review article considers the impact of these works, the different lens which they offer for precolonial Africa, and the consequences this may have for current debates on decolonizing the curriculum.

Keywords: Africa, Brazil, precolonial history, knowledge production, Global South, decolonizing the curriculum

Em seu recente livro sobre a Costa do Marfim pós-colonial, Abou Bamba ironiza uma forma pouco estudada de competição pós-colonial. Quando planejadores vindos dos Estados Unidos foram ao país em meados dos anos de 1960, as moribundas instituições coloniais francesas realizaram ações desesperadas de defesa. O objetivo era mostrar aos seus antigos colonos que a francofonia permanecia superior à anglosfera. No entanto, como os modelos americanos estavam em ascensão, os franceses roubaram efetivamente as ideias de modernização mais recentes. Transformaram os conceitos norte-americanos de modernidade e os "dublaram" ou propagaram como sendo seus, através das próprias instituições protoccoloniais, para os líderes da nova nação (BAMBA, 2016).

O conceito de "dublagem" desenvolvido por Bamba é uma contribuição teórica de grande importância. O mesmo implica em como ideias podem circular na vida acadêmica e política a fim de preservar antigas formas de hegemonia. Tal conceito aponta para o processo no qual instituições hegemônicas capturam ideias novas e potencialmente desestabilizadoras com o objetivo de dublá-las e mitigá-las. Essas ideias reconfiguradas são então circuladas novamente através da academia como supostos agentes de mudança. Como no caso da dublagem francesa de ideias americanas de modernização analisadas por Bamba, agentes de antigas hegemonias geralmente conduzem este processo de dublagem. Na Costa do Marfim, por exemplo, tal ação foi realizada por meio do ORSTOM², o instituto francês pós-colonial de desenvolvimento que implementou muitas dessas ideias "dubladas".

O campo da História da África pré-colonial e Diáspora africana transatlântica oferece um exemplo de como esse processo ocorre dentro da atual academia. Até recentemente, a produção de conhecimento nesse campo era controlada quase que inteiramente pela América do Norte. A consequência imediata das independências na década de 1960 foi a grande ênfase de muitas instituições africanas em suas próprias histórias pré-coloniais, enquanto a História pré-colonial é raramente

² Nota do Tradutor: *Office de la Recherche Scientifique et Technique Outre-Mer*. Em português, Escritório de Pesquisa Científica e Técnica do Estrangeiro.

pesquisada de forma sistemática pelos departamentos de História de universidades africanas. A Universidade Cheik Anta Diop de Dakar, por exemplo, tornou-se o centro de grandes arqueólogos como Ibrahima Thiaw; porém, nas décadas de 1960 e 1970, a “Escola histórica de Dakar”, com acadêmicos como Boubacar Barry e Oumar Kane, produziu obras de referência no que tange a história dos séculos XV ao XVIII (BARRY, 1985, 1998; KANE, 2004; THIAW, 2010). Na Nigéria, entretanto, a disciplina de História foi até mesmo removida inteiramente do currículo do ensino médio entre os anos de 2009 e 2016.

Esse abandono do campo deriva do crescimento das desigualdades globais. O crescimento dos Programas de Ajuste Estrutural (*SAPs*), nas décadas de 1980 e 1990, forçou grandes cortes no orçamento do ensino superior de nações africanas. É uma triste experiência entrar na biblioteca do Fourah Bay College na Universidade de Serra Leoa em Freetown, um bastião da história da educação da África Ocidental, e perceber que, mesmo às 8 horas da manhã, é necessária a lanterna do celular para ver qualquer coisa no porão cavernoso onde se encontra a biblioteca; ou para visitar a livraria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Bissau, outro famoso centro de pesquisa e documentação, e adquirir aquele livro que parou de ser comercializado nos anos 1980. É claro que nem todas as instituições foram tão privadas de recursos, mas muitas foram.

O impacto das *SAPs* no capital intelectual africano foi imenso. Privada dos recursos necessários para se engajar nos debates acadêmicos internacionais, a taxa de publicação de acadêmicos radicados na África em revistas globais caiu significativamente.³ Estudiosos de universidades africanas tiveram que fazer recuos estratégicos de várias áreas. Um dos impactos dos *SAPs* foi fazer com que essas instituições dependessem da oferta de programas de estudo no exterior (geralmente ofertados pelos EUA) e se tornassem pontos de contato locais e conhecimento para pesquisadores estrangeiros visitantes. Nestas condições, a capacidade dos estudiosos sediados na África para definir agendas de pesquisa foi reduzida. Longe de criar “autonomia financeira” e quebrar o endividamento, os *SAPs* levaram muitas instituições praticamente à falência. Quando esses fatores foram combinados com regimes de emissão de vistos cada vez mais draconianos na fortaleza Europa/EUA, tornou-se impossível sustentar a pesquisa em campos como o da História pré-colonial, que exigia pesquisa em arquivos na Europa, assim como acesso a periódicos e livros internacionais – especialmente em um

³ Para recente estudo sobre o tema, ver: BRIGGS; WEATHERS (2016).

contexto onde “valor agregado de mercado” era difícil de ser apresentado para financiadores ansiosos e exigentes.⁴

Análises detalhadas desses processos são bem conhecidas por estudiosos preocupados com essas questões. A obra *Scholars in the Marketplace*, de Mahmood Mamdani (2007), é uma descrição clássica do impacto dos SAPs e das reformas neoliberais no ensino superior africano. Mamdani mostra como, sob esses processos, os governos abdicaram do controle e do poder de decisão para o Banco Mundial e como a Universidade de Makerere em Uganda – um farol na história da educação africana – foi privatizada e fragmentada. Cursos profissionais ganharam destaque, considerados como mais propensos ao lucro, e a fragmentação significou que o objetivo geral da instituição foi diluído. Assim, a direção intelectual e a capacidade de reformular as universidades de acordo com as necessidades de Uganda foram entregues ao controle do mercado internacional direcionado para o Norte.

Tais análises deixam claro que um campo como a História pré-colonial teve poucas chances para se manter nas instituições africanas que enfrentavam essas pressões. Mas quais são as consequências de ceder tanto da formação da História africana pré-colonial a estudiosos localizados no Norte global? Há um grupo de estudiosos africanos altamente distintos trabalhando (em grande parte) em instituições estadunidenses que atuam como contrapeso. No entanto, na prática, a importância desse campo e o modo como é atualmente estudado está “dublado” e refratado através das lentes ideológicas do Norte global. De certa forma, pouco parece ter mudado desde o discurso de Kwame Nkrumah, que marcou a inauguração do Instituto de Estudos Africanos em Legon, Gana, em 1963, onde disse acerca da história africana:

Em primeiro lugar, gostaria de enfatizar a necessidade de uma reinterpretação do nosso passado [...]. Temos que reconhecer francamente que os Estudos Africanos, na forma em que vêm sendo desenvolvidos nas universidades e centros de aprendizagem do Ocidente, têm sido amplamente influenciados pelos conceitos dos “estudos coloniais” e, em certa medida, ainda permanecem sob a sombra das ideologias e mentalidades coloniais [...] a história, a cultura e instituições, as línguas e artes de Gana e África [devem ser estudadas] em novas perspectivas africanas – em total liberdade das proposições e suposições da época colonial e das distorções

⁴ Um exemplo recente faz entender. Há dois anos, ofereci-me como patrocinador de um acadêmico da Universidade Cheik Anta Diop em Dakar, com doutorado na área de abolição e que desejava fazer pesquisas nos Arquivos Nacionais Britânicos. Apesar de já ter visitado a China e a França, o pedido de visto deste acadêmico para o Reino Unido foi negado com o argumento de que o funcionário da imigração não acreditava que ele voltaria para o Senegal. Isso significou que o mesmo não conseguiu conduzir a pesquisa necessária para completar uma visão mais abrangente sobre o assunto.

daqueles que [...] continuam a fazer dos estudos europeus sobre a África as bases dessa nova avaliação (NKRUMAH, 1963, p. 2-3).

Como Nkrumah salientou, o processo de "dublagem" observado por Bamba é de longa data. Ela ocorre através de uma tradição de séculos de filtragem, dos conhecimentos sobre a África através das preocupações dos visitantes europeus. Desde que os primeiros relatos de viagem produzidos por europeus e euro-africanos foram publicados no século XVI, "fontes primárias" em História da África foram produzidas através da dependência de "produtores" de fontes textuais europeus sobre os verdadeiros detentores do conhecimento, seus guias africanos, intérpretes e dependentes econômicos.

Dois exemplos famosos podem ilustrar esse ponto. O primeiro é o *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo-Verde* de André Álvares de Almada (1994), produzido pelo cabo-verdiano em 1594 em grande parte como um anúncio publicitário para incentivar o investimento português na região da Grande Senegâmbia (BARRY, 1998). Como vários estudiosos demonstraram, o *Tratado* é uma filtragem feita por Almada de inúmeros relatos orais com os quais teve acesso (HORTA, 2000; GREEN, 2011). Outro caso importante é a *História dos reinos do Kongo, Ngongo e Matamba* de António Cavazzi (1687), que oferece testemunhos orais preciosos acerca das origens de Ngongo – mais uma vez, inteiramente não baseado nas próprias experiências de Cavazzi, mas no conhecimento de seus interlocutores falantes de Kimbundu.

Essas observações não diminuem a importância desses textos como fontes históricas. Entretanto, mostram que o processo de "dublagem" é antigo. No caso de Almada, a "dublagem" apareceu através de seu desejo em mostrar essa região como boa para investimentos e colonização (exalta, por exemplo, o potencial da produção de açúcar em Serra Leoa). No caso de Cavazzi, a questão religiosa era fundamental. O conhecimento que emergiu foi moldado pelas perguntas formuladas, os *questionários* elaborados nos Conselhos Ultramarinos e religiosos em Lisboa e Roma, tanto quanto pelos "fatos na terra", isto é, o conhecimento produzido foi moldado pelas preocupações e interesses da coroa portuguesa e da igreja católica.

Assim, o paradigma atual de produção de conhecimento sobre a África pré-colonial é bastante antigo. Pesquisadores estrangeiros bem financiados filtram o conhecimento de intermediários africanos em suas próprias pesquisas, que então se torna "conhecimento" produzido no Norte global. Este é o lugar onde o segundo elemento mencionado acima, a filtragem através das preocupações do

Norte global se apresenta; os pesquisadores estrangeiros determinam as questões feitas ao material. As preocupações ideológicas da academia europeia-/ norte-americana e de seus financiadores moldam a natureza dessas questões, no lugar das realidades passadas e presentes e preocupações intrínsecas a África.

Um bom exemplo desse estabelecimento de agendas históricas é o foco, de grande parte da literatura sobre a Diáspora, na “agência”. Grande parte dessa discussão remonta ao livro seminal de John K. Thornton (1998), *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico 1400 – 1800*, e os debates subsequentes que este trabalho engendrou. Thornton respondia em parte à teoria da dependência e à realidade de que modelos econômicos dos sistemas mundiais de Wallerstein e seus acólitos não faziam jus à experiência vivida por inúmeros africanos no Mundo Atlântico. Quase imediatamente, alguns pesquisadores da História afro-americana, como Walter Johnson (2002), apontaram as limitações do paradigma da agência. O estudioso Paul Zeleza (2018, p. 2) também observou a definição demasiadamente eurocêntrica de “agência” nesta literatura, relacionada à acumulação material e de capital. E, no entanto, isso não parou o fluxo de obras produzidas que procuram mostrar o papel ativo de africanos na criação das sociedades nas Américas.

Parafraseando Walter Johnson, eu sou tão a favor de revelar a agência histórica dos povos subalternos como a próxima pessoa. No entanto, é necessário que seja reconhecido o nexos econômico no qual o foco na agência surgiu. Este é o mesmo nexos que viu, ao mesmo tempo, a ascensão dos SAPs em África. Este foi também o período em que todo o mundo assistiu à redução do apoio institucional aos pobres, uma vez que os programas estatais foram reduzidos. Assim, o foco na agência coincidiu com o processo em andamento (portanto exacerbado) de procurar culpar os pobres pela sua própria pobreza e incitá-los a “assumir a responsabilidade”. Uma vez que esta vitimização dos pobres tem inevitáveis implicações e ressonâncias raciais, os benefícios do foco na “agência africana” parecem irrelevantes. Isso vai de encontro com o que Zeleza observa como uma associação redutora de agência com poder econômico e autonomia, em vez de, por exemplo, reconhecer o chamado de Nkrumah para a agência de pessoas africanas e suas instituições como um local para a produção de conhecimento.

Nesse contexto, na última década, o surgimento do Brasil como um local de produção de conhecimento sobre África pré-colonial é interessante, uma vez que mostra o crescimento de questões históricas a partir de um espaço político e econômico diferente. Essa transformação ocorreu após a

decisão política do presidente Lula da Silva (2002-2010) de tornar o ensino da História africana e afro-brasileira obrigatório nas escolas brasileiras. Essa iniciativa educacional fazia parte da agenda política mais ampla de Lula para construir alianças políticas e econômicas Sul-Sul, por meio das vias de países em desenvolvimento integrantes do BRICS – e acompanhou a expansão das missões diplomáticas e investimentos econômicos em muitas partes da África.

No entanto, como em todas as mudanças políticas, essa decisão teve consequências inesperadas. As universidades brasileiras foram historicamente o domínio das elites brancas e mudanças reais enfrentaram bloqueios institucionais. Como havia poucos especialistas na área de História da África no início do mandato de Lula, as universidades – em particular as universidades federais – investiram recursos na abertura de cargos e formação de novos pesquisadores; e com o tempo, alguns deles foram formados das comunidades mais desfavorecidas e diversificadas do país. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador – coração da cultura afro-brasileira – foi um foco para essa mudança, nos anos 1960, ao lado do novo Centro de Estudos Africanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, criado em 2012.⁵

As obras resenhadas neste artigo são provenientes desses centros de pesquisa. Coletivamente, as obras mostram como mover o *locus* de produção do Norte global para o Sul global pode transformar os debates sobre a História africana pré-colonial. O argumento desta análise é que isso se deve às diferentes forças ideológicas e políticas em ação no Sul. Assim, os livros discutidos aqui oferecem alimento para o pensamento. Eles sugerem que, quando a pesquisa é centralizada fora dos atuais centros internacionais de “excelência acadêmica”, ideias que quebram o ciclo de “dublagem e embotamento”, como descrito acima, surgem.

Lula expressou o imperativo estratégico para o Brasil se envolver com a África como parte da necessidade de reconhecer sua “dívida histórica” para com a África, à luz do comércio transatlântico de escravos. No entanto, nenhum dos trabalhos em análise tem como foco principal a história e o impacto da escravidão na África. Um indicativo útil de por que isso importa é o livro editado por Vanicléia Silva Santos, Eduardo França Paiva e René Lommez Gomes (2017), *O Comércio de Marfim no*

⁵ Deve-se notar também a importância do Centro de Estudos Africanos da Universidade Federal Fluminense em Niterói e de outros estudiosos da África pré-colonial em atuação no Brasil, especialmente Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo) e Mariza de Carvalho Soares (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Mundo Atlântico. Este livro surgiu como parte de um projeto conjunto de três anos⁶ financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia em Portugal e pela UFMG, cujo Centro de Estudos Africanos é dirigido por Santos. O projeto analisa o lugar do marfim como produto global e atlântico – algo que, como observa Santos em sua valiosa introdução, os estudiosos ignoraram em grande parte, apesar de sabermos a muito tempo que o comércio na África atlântica tinha como grande componente o marfim.

O livro conecta os usos do marfim na África e na Europa no início do período moderno com os usos no Brasil. O lugar do marfim como garantidor do status foi estabelecido há muito tempo para a Europa moderna, através de seu uso na fabricação de pianos, utensílios de cozinha e outros produtos de consumo das elites. Enquanto isso, a pesquisa mostrou a importância dos objetos e esculturas em marfim na vida material da África Ocidental.⁷ Os editores argumentam que houve desenvolvimentos semelhantes no Brasil na medida em que objetos religiosos, miniaturas esculpidas e objetos como cadeiras e mesas foram fabricados por escultores de marfim em Recife em meados do século XVII. Ao argumentar sobre o surgimento de uma prática compartilhada de consumo de elite na África, no Brasil e na Europa, o livro demonstra o surgimento de uma cultura material compartilhada no início do Mundo Atlântico moderno. Dois dos capítulos ajudam a reavaliar o uso da produção na África. No capítulo de abertura, Felipe Malacco analisa os marfins produzidos pelas populações sape em Serra Leoa e comercializados na Europa no século XVI. Enquanto invasores conhecidos na literatura como “manes” invadiram as comunidades sapes em meados do século, Malacco sugere que isso não necessariamente levou à extinção da produção ou consumo local, embora tenha interrompido o comércio intercontinental. O segundo capítulo, escrito por Thiago Mota, também destaca a produção de marfim em Serra Leoa e argumenta que objetos supostamente encomendados por europeus, como os saleiros, foram provavelmente destinados ao consumo das elites sapes.

Esses capítulos ilustram a relevância do livro como um todo. Ao mostrar como o uso de marfins fazia parte de um contexto de consumo e exposição de status, Malacco e Mota – ambos formados pela pós-graduação da UFMG sob orientação de Santos – revelam de maneira convincente como a produção e a propriedade dos materiais de marfim pertenciam a uma cultura material compartilhada pela elite no Mundo Atlântico. Este argumento é então explorado com mais detalhes

⁶ Nota do Tradutor: O projeto foi desenvolvido entre 2016 e 2020 por investigadores da UFMG, Universidade de Lisboa e Universidade de Évora.

⁷ Veja, por exemplo, MARK (2007, 2014).

nos capítulos do livro relacionados ao Brasil.

O principal trabalho de Malacco (2017) sobre a História pré-colonial até agora é o livro que surgiu de sua dissertação de mestrado na UFMG, *O Gâmbia no Mundo Atlântico: Fulas, Jalofos e Mandingas no Comércio Global Moderno (1580-1630)*. Apesar de a historiografia estar ativa há quase 60 anos, este é o primeiro trabalho publicado preocupado exclusivamente com a região do rio Gâmbia nos séculos XVI e XVII. Como esta é uma das vias navegáveis mais importantes da África Ocidental, isso por si só revela o quanto ainda pode ser feito quando se trata de reenquadrar questões na História da África pré-colonial.

A obra de Malacco analisa uma ampla variedade de interações entre os protagonistas comerciais e políticos da Senegâmbia e os comerciantes euro-africanos do Atlântico. É analisado não somente as grandes organizações políticas e mais famosas como Fuuta Tooro, Kaabu e Jolof, mas também reinos menores como Badibu, Niumi, Siin e Wuuli. O foco nesses Estados menores permite que Malacco consiga uma análise que vai além do foco Atlântico. Muitas dessas políticas são importantes hoje para as identidades da atual Gâmbia; e a implicação em longo prazo desses históricos de negociação pode ser observada pela reputação de comerciantes astutos e bem sucedidos que os *badibunka* possuem até hoje.

Este enfoque na África Ocidental permite a Malacco examinar temas que ainda não foram abordados por outros historiadores de maneira bem fundamentada. Ele analisa o comércio da mais ampla variedade, com discussões sobre papel, madeira para o reparo de barcos e navios e o comércio de sal – *commodities* negociadas em todos os portos da bacia do rio Gâmbia. As discussões sobre a demanda dos comerciantes fulas por sal e sobre o comércio de noz de cola abrem novos caminhos. A análise de Malacco de que esses comércios importavam tanto quanto outras formas de comércio (incluindo o tráfico de escravos) é bem visível. Ele certamente cobre o comércio de cativos, mas o faz colocando o “comércio infame” dentro de seu contexto local.

É no tocante ao contexto local que a obra de Malacco é especialmente bem-sucedida. *O Gâmbia no Mundo Atlântico* analisa o crescimento do Estado do Kaabu (que era o mais importante centro político na região até a metade do século XIX) no contexto do comércio atlântico. A estrutura federativa do Kaabu foi importante para sua condição de Estado. E a análise de Malacco de que o

comércio atlântico levou à fragmentação do poder político africano em subunidades adiciona novas evidências às anteriores análises seminais de Jean Boulègue (1987) e Paul Lovejoy (2000).

A questão do poder e do comércio é uma das principais características deste trabalho e é aqui que algumas ressignificações podem ser úteis. Em consonância com as correntes historiográficas em curso sobre o Atlântico, Malacco enfatiza a agência dos protagonistas comerciais africanos como os comerciantes fulas, jalofos e mandingas cujos costumes os comerciantes euro-africanos tinham de se adaptar. No entanto, não se trata de uma agência subalterna em um contexto de expropriação violenta, mas de poder político africano. Os comerciantes vindos do Atlântico tiveram que se adaptar às normas africanas, tanto que com o tempo a casta de comerciantes denominados de “lançados” desapareceria, pois eram politicamente subordinados aos governantes africanos.

Uma ênfase no poder político africano – ou soberania e domínio, como Herman Bennett (2018) e Michael Gomez (2018) definiram recentemente - é significativa, até porque complexifica a dimensão colonial percebida sobre a História do atlântico no período moderno. O potencial dos idiomas africanos e o poder de desestabilizar os modelos europeus sempre foram percebidos como ameaçadores. Isso se torna evidente na história dos “lançados”, estigmatizados pela coroa portuguesa no século XVI por adotarem os costumes africanos. No contexto atual, isso elucida ainda mais o tropo da “agência”, que pressupõe a subordinação africana – historicamente e, no contexto contemporâneo, ideologicamente. No entanto, como Felipe Malacco mostra em seu livro, a principal força que moldou a região do Gâmbia nessa época não foi a “agência” africana, mas sim o poder comercial, político, religioso e social inerente às sociedades africanas.

A elucidação desse poder é uma das principais características do trabalho de Thiago Mota que, como Malacco, foi orientado por Santos no Centro de Estudos africanos da UFMG. A excelente dissertação de mestrado de Mota sobre a interação dos comerciantes portugueses e das sociedades islâmicas na Senegâmbia foi publicada em 2016⁸. Em 2018 foi aprovada a sua tese de doutorado, *A Grande Jihad na África*. Depois do doutorado de Walter Rodney na SOAS⁹ em 1966, é provavelmente a tese de doutorado mais significativa já produzida sobre a região da Grande Senegâmbia. A tese transformadora de Mota é a de que o Islã era uma força poderosa na região nos séculos XVI e XVII,

⁸ MOTA (2016); Resenhado por mim no H-Luso-Africa.

⁹ Nota do Tradutor: *School of Oriental and African Studies*. Em português: Escola de Estudos Orientais e Africanos, Universidade de Londres.

amplamente incorporada para além das elites, e que o Islã senegambiano era um precursor-chave dos movimentos revolucionários islâmicos que surgiram em outras partes da África Ocidental no século XVIII. Assim, Mota tem sucesso ao colocar o Islã senegambiano tanto em um contexto atlântico quanto no seu papel crescente na própria história do oeste africano.

A Grande Jihad na África oferece contribuições para uma diversidade de campos, entre os quais podem ser incluídos: a emergência histórica do Islã na Senegâmbia e sua inserção na população; a maneira pela qual o desenvolvimento do Islã na Senegâmbia preparou o terreno para algum dos movimentos de jihad na África Ocidental do século XVIII; a presença de jalofos muçulmanos em Portugal e nas Américas no século XVI e o seu conhecimento detalhado sobre o Corão; a adaptação dos tiros islâmicos à vida cotidiana e às atividades na região; e a prática e doutrinação do Islã na Senegâmbia, incluindo a existência de madrassas e o desenvolvimento de um espaço islâmico sagrado.

A tese de Mota se baseia em uma grande variedade de fontes. Sua análise de material inquisitorial dos Tribunais de Lisboa e Cartagena o permite resgatar a documentação que corrobora sua tese de que o Islã estava inserido na Senegâmbia no século XVI. O conhecimento que prisioneiros jalofos da Inquisição demonstraram sobre o Corão, tanto em Portugal quanto nas Américas, é impressionantemente detalhado e oferece uma nova perspectiva sobre a história religiosa da região. Mota então mistura essas fontes e relatos publicados (especialmente os de jesuítas de Cartagena) com relatos orais mantidos pela Divisão de Pesquisa e Documentação do *National Centre os Arts and Culture* do Gâmbia. O efeito geral é o de reunir uma metodologia impressionante que mistura histórias orais e escritas.

Duas interpretações especialmente novas emergem desses documentos. A primeira diz respeito à dimensão atlântica do surgimento do Islã na África Ocidental. Enquanto os historiadores mostraram as interconexões entre Islã e revolução na África e nas Américas no final do século XVIII e início do século XIX (BARCIA, 2014; LOVEJOY, 2016), Mota leva essa interconexão de volta para o século XVI. Ele argumenta que havia uma importante dimensão atlântica para o florescimento do Islã e tem os documentos para sustentar tal afirmação. Na segunda interpretação, ele fornece uma análise fascinante da competição entre os bixirins (ou marabutos, líderes espirituais viajantes e comerciantes) e jabacouses (praticantes religiosos africanos): vê a competição entre esses dois grupos por adeptos, o

que espelha a luta política entre ferreiros e marabutos e mostra a evolução histórica deste conflito ideológico e político na África Ocidental.

Tomando esses três trabalhos em conjunto, é evidente a importância do Centro de Estudos Africanos da UFMG. Durante a última década, seus acadêmicos desenvolveram um novo e impressionante *corpus* de trabalho no campo da História pré-colonial da África Ocidental. É um conjunto de trabalhos que nenhum historiador sério do tópico pode ignorar. Quando tomados em conjunto, o foco nos marfins, nos grupos comerciais do oeste africano e na dimensão religiosa do Islã, estes trabalhos oferecem uma nova perspectiva. Uma perspectiva que se relaciona com temas que certamente são mais relevantes para as preocupações contemporâneas da África Ocidental do que um enfoque reducionista na escravidão. Pois aqui estão as histórias de linhagens específicas e grupos étnicos (no caso do Malacco), do Islã (no caso do Mota) e do surgimento de uma cultura atlântica de consumo compartilhada pela elite (no caso do trabalho editado sobre marfins). Todas essas temáticas são importantes atualmente na Grande Senegâmbia; e assim, este corpo de trabalho mostra como perspectivas importantes e diferentes surgem quando a produção de conhecimento não é capturada por ricas instituições do Norte e pelas preocupações de seus financiadores, imersos no duradouro complexo psicológico de poder e culpa que se origina da história e historiografia da escravidão.

O surgimento do Centro de Estudos Africanos da UFMG mostra como a direção política do governo Lula reformulou diretamente a paisagem da historiografia africana pré-colonial, tanto no Brasil quanto no mundo. Não apenas novas e importantes direções foram impulsionadas por centros como esse, mas também é preciso reconhecer que, atualmente, muitos dos novos e importantes historiadores no campo da África Centro-Ocidental pré-colonial atuando nos Estados Unidos são brasileiros. Quando se considera a relevância do trabalho de Mariana Candido (2013), Roquinaldo Ferreira (2012) e Daniel Domingues da Silva (2017), a forma como a historiografia brasileira transformou o campo se torna impressionante.

Anteriormente ao governo Lula, era apenas na UFBA, em Salvador, que os estudos africanos e a História da África foram desenvolvidos com algum grau de seriedade. Aqui, estudiosos como Pierre Verger – um dos pioneiros da História Atlântica como um campo – e João José Reis (recentemente

eleito para a Academia Brasileira de Letras¹⁰) estabeleceram, desde a década de 1970, um centro de estudos dedicado à história africana¹¹, com particular interesse na diáspora iorubá, que conecta a África Ocidental e o Brasil desde o século XVIII. Foi também na UFBA onde recebeu sua formação inicial Paulo Fernando de Moraes Farias, estudioso que, provavelmente, se tornou o maior africanista do Brasil.¹²

A dimensão pan-Atlântica dos estudos africanos na UFBA continua sendo um tema central nos trabalhos sobre a África pré-colonial produzidos por muitos estudiosos excelentes. Um exemplo recente é o livro do antropólogo histórico, Luís Nicolau Parés (2016), *O Rei, O Pai e a Morte*. Parés é um acadêmico sênior cujo trabalho seminal sobre as raízes iorubás e gbe da prática da religião afro-brasileira do Candomblé é leitura obrigatória (PARÉS, 2007). Parés leciona há mais de uma década no departamento de Antropologia da UFBA, onde dedicou suas pesquisas às dimensões históricas tanto africanas quanto brasileiras da prática religiosa contemporânea. Esse trabalho foi realizado com maestria em *O Rei, O Pai e a Morte*, uma das mais significantes obras de antropologia histórica sobre África Ocidental pré-colonial publicada nas últimas duas décadas. A preocupação de Parés é colocar as religiões afro-brasileiras na plenitude de seu processo de transformação histórica. Faz isso mostrando como a própria prática religiosa foi transformada em áreas de língua iorubá e gbe da África Ocidental durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Somente ao captar essas mudanças é que o profundo pluralismo e capacidades transformativas das religiões africanas no Mundo Atlântico podem ser compreendidas.

Grande parte do livro tem como foco a prática religiosa no Daomé e seus reinos predecessores de Allada e Hueda (todos localizados no atual Benin). Parés busca unir os poderes religiosos e políticos. Nesta leitura, a queda de Hueda em função de Daomé no famoso conflito de 1727 pode estar ligada tanto ao poder decrescente do santuário da cobra Dangbé em Hueda quanto à proeza militar dos soldados do Daomé – como Parés observa, havia cada vez menos referências ao poder de Dangbé na

¹⁰ Nota do Tradutor: O historiador João José Reis (UFBA) não foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Ele venceu o “Prêmio Machado de Assis”, concedido anualmente pela Academia Brasileira de Letras para um intelectual pelo conjunto da sua obra.

¹¹ Nota do Tradutor: O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, foi criado no ano de 1959 por iniciativa do prof. Agostinho da Silva. Para saber mais, ver o trabalho: SCHLICKMANN, Mariana. *A Introdução dos Estudos Africanos no Brasil (1959-1987)*. Curitiba: CRV, 2016.

¹² Ver o trabalho de referência: FARIAS (2003). Outros importantes Centros de Estudos Africanos fundados no Brasil nessa época incluíam o da Universidade de São Paulo (fundado em 1965).

primeira metade do século XVIII. Uma vez que o Daomé havia assumido a hegemonia sob o comando do Dadá Agaja em 1727, ele implementou a centralização da prática religiosa; Parés discute isso através do surgimento de novos santuários, como o do culto do Leopardo de Agassu e a eliminação de rivais como o movimento religioso Sakpata.¹³

Essa interconexão da centralização religiosa e política no Daomé tem muito a ver com a subsequente história da África Ocidental. Sugere que a ascensão dos movimentos de reforma islâmica no final do século XVIII no oeste africano pode estar relacionada à diminuição da fidelidade das pessoas às religiões africanas. Elas mesmas, de acordo com o argumento de Parés, foram subvertidas por novas elites dominantes no Daomé como em outros lugares. Parés, portanto, constrói um mundo em que, longe de se apresentar como estático, a prática religiosa africana é sempre transformada. Na mudança, a prática religiosa africana também espelhou as relações políticas transformadoras na própria África Ocidental.

Os últimos capítulos do livro dizem respeito às manifestações dessa história na prática do Candomblé na Bahia. Parés analisa os rituais contemporâneos como memórias codificadas deste passado complexo, enquanto surgidos na África Ocidental e como foram então transformados no nordeste do Brasil. Seu livro – que se espera que seja traduzido em inglês em breve – mostra que é impossível compreender a prática religiosa no Brasil contemporâneo sem a compreensão das histórias africanas; mas também como essas memórias podem ser informadas por meio da consciência das maneiras pelas quais a prática atual armazena memórias desse passado distante.

Parés faz parte da *Linha de Pesquisa e Grupo de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade* da UFBA. Nos últimos anos, esse grupo renovou e recolocou a importância da UFBA como centro mundial para os estudos das conexões pan-Atlânticas, ligando especialmente a costa iorubá e o nordeste do Brasil. Muitos estudiosos radicados na América do Norte também foram influenciados pelas direções mapeadas aqui. Embora alguns desses estudiosos da Bahia publiquem em inglês - como o próprio Nicolau Parés, João Reis e, mais recentemente, Carlos da Silva Junior, a maioria não o faz. Assim, esta discussão de trabalhos recentes no campo mostra que a historiografia escrita em português deve ser dialogada por qualquer estudioso sério dedicado à África Ocidental e Centro-Ocidental pré-colonial.

¹³ Também discutido em SWEET (2011).

Para alguns leitores, este ensaio pode apresentar um caráter de despedida. A destruição trágica em um incêndio totalmente evitável do Museu Nacional do Brasil em 02 de setembro de 2018 demonstrou com clareza espantosa como a atual crise no Brasil oferece uma ameaça potencialmente mortal ao ambiente acadêmico em que essas obras foram produzidas. O golpe de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff evidencia cada vez mais as ligações entre a investigação de corrupção da Operação Lava Jato e os interesses políticos estadunidenses e das Forças Armadas brasileiras e a crescente ascensão de políticas populistas, racistas e nacionalistas. Estas forças conservadoras se materializaram de forma alarmante com a eleição de 28 de outubro de 2018 do neofascista Jair Bolsonaro como o novo presidente do Brasil, e oferecem uma perspectiva perturbadora. Por isso, faz sentido considerar agora qual pode ser o impacto desses livros no campo dos estudos africanos pré-coloniais e do Atlântico africano como um todo. Há a sensação de que foram produzidos durante uma janela especial, quando havia um potencial inusitado para reformular o entendimento e as interações em todo o Sul global. As gerações futuras podem querer voltar para este momento para entender como era essa janela – o que poderia ter sido alcançado e por que e como ela foi esmagada.

Como observado nas páginas introdutórias deste ensaio, a produção historiográfica brasileira no campo da História da África preencheu um vácuo. A impossibilidade das instituições africanas de manterem seu perfil de pesquisa no campo da História pré-colonial significou que havia poucas instituições de fora da órbita Anglo-americana publicando trabalhos sobre África pré-colonial. Portanto, a ascensão dos historiadores que trabalham no Brasil ofereceu uma perspectiva diferente, e assim, em conclusão, pode valer a pena expor aspectos do que é essa perspectiva.

Em primeiro lugar, uma das características dos trabalhos aqui analisados é a sua recusa em serem limitados por um reducionismo conceitual. Atentam para temas importantes como partes de um todo, ao invés de serem divididos em categorias analíticas abstratas e artificiais. No caso de Parés, a centralização política e religiosa é vista como parte de um *continuum* de poder - não se pode separar religião e política. No livro de Malacco, o mesmo vale para o tratamento da religião e do comércio: enquanto a historiografia tende a tratá-las como categorias separadas, Malacco mostra como atividades comerciais e religiosas estavam intimamente conectadas na forma dos bixirins ou dos eruditos comerciantes viajantes muçulmanos. Enquanto isso, na tese de doutorado de Mota, a luta política entre

ferreiros e marabutos é refletida através das tensões religiosas entre estudiosos islâmicos errantes e os praticantes de religiões africanas, os jabacouses.

Uma lição a ser tirada disso tudo pode ser que, embora seja mais fácil para um estudioso contemporâneo separar analiticamente esses aspectos da vida, a experiência dos atores da história era diferente. Esses estudiosos brasileiros e radicados no Brasil refratam essa experiência mais holística por meio de seus trabalhos, que fluem conceitualmente entre diferentes categorias e não são tão segmentados analiticamente como, geralmente são, os trabalhos em língua inglesa. É importante ressaltar que esta abordagem está muito mais próxima de muitas estruturas conceituais africanas do que a abordagem mais concisa e segmentada que aparece frequentemente na historiografia de língua inglesa. Assim, um dos problemas do crescimento do inglês como língua acadêmica global é o fechamento das diferentes perspectivas que podem aparecer quando as ideias são expressas em línguas alternativas.¹⁴

Uma segunda faceta importante desses trabalhos em análise é que nenhum deles enfoca a história da escravidão na África pré-colonial. Isso é um tanto surpreendente, dado que há um grande número de estudiosos da escravidão trabalhando no Brasil e, de fato, - como observei - há uma florescente Linha de Pesquisa em Escravidão e Liberdade na UFBA. No entanto, como mencionado acima, os focos que são escolhidos - sobre religião, consumo da elite (incluindo os marfins) e sobre a história de linhagens específicas e etnias específicas - estão mais de acordo com as preocupações atuais nas sociedades africanas do que seria o caso com um enfoque apenas em escravidão.

Deve-se notar que o envolvimento da historiografia de língua inglesa com a história africana sempre foi refratado pelas lentes da escravidão. Desde o período da abolição, a História da África tem sido vista, na mente ocidental, como impossível de se separar da escravidão. Por exemplo, a Conferência de Bruxelas de 1890, que estabeleceu a justificativa moral do colonialismo europeu na África, o fez com base na erradicação da escravidão na África. Tanto a historiografia abolicionista quanto a imperialista facilitaram a equiparação da história africana com a escravidão. Além disso, o esforço para criar uma narrativa histórica universal, uma característica da imaginação histórica ocidental, vê com maior facilidade a incorporação da África através das lentes da escravidão. Mas isso

¹⁴ O inglês, como alguns observaram, é a língua que emergiu para dar forma ao capitalismo global e as relações desiguais e prejudiciais de sujeito-objeto que esse sistema requer. Há algumas reflexões interessantes sobre isso em FISHBURNE-COLLIER (1988).

não permite aos historiadores africanos e atores a escolha dos termos e sua própria experiência histórica.

Em suma, uma leitura cuidadosa dessas obras produzidas no Brasil oferece importantes pontos de reflexão. Por razões estruturais de desigualdade as instituições africanas têm sido incapazes de manter um forte foco na história pré-colonial, todavia, de certa forma a preocupação em manter os interesses e a narrativa centrada no debate histórico no continente tem sido mantida por estudiosos no Brasil. Naturalmente, esses interesses teriam sido empurrados mais ainda por estudiosos radicados na própria África, mas, mesmo assim, não devem ser subestimadas as contribuições desses trabalhos para reequilibrar o debate histórico.

As razões para este potencial são variadas. Em primeiro lugar, a falta de literatura mais antiga em língua portuguesa sobre a África pré-colonial permitiu que os estudiosos elaborassem sua própria historiografia. O fato de que não tinham que se referir a vasto *corpus* de literatura já estabelecido (alguns deles bastantes problemáticos) significava que os acadêmicos baseados no Brasil poderiam se mover muito rapidamente além das limitações de trabalhos anteriores no campo. Mas, em segundo lugar, é importante que os estudiosos brasileiros não sejam prejudicados por definições de excelência acadêmica que requeiram a citação regular de outros estudiosos em instituições consideradas “de ponta” ou “líderes mundiais”, que são irremediavelmente conservadoras e esmagadoramente brancas. Eles não estão, portanto, sob pressão para “dublar” a História da África pré-colonial através das normas da hegemonia ideológica global existente; enquanto muitos estudiosos excelentes na Grã-Bretanha e na América do Norte resistem e subvertem essa pressão, não se pode negar sua força.

Para os estudiosos radicados no Norte global, isso representa uma leitura séria. Hoje, falar em “descolonizar o currículo” é uma característica regular nos campi e nas páginas de educação dos periódicos. Mas o que isso realmente significa, na prática? Do ponto de vista da literatura sobre África pré-colonial, parece que a localização — e local de engajamento — importam. O conhecimento emergente de instituições presentes no Sul global pode oferecer novos desvios para longe dos tropos autoimpostos pelo status quo acadêmico e político.

Uma poderosa intervenção é o recente livro de Francis B. Nyamnjoh (2016), *#RhodesMustFall: Nibbling at Resilient Colonialism in South Africa*,¹⁵ recentemente premiado com o prêmio bienal *Fage and Oliver* de melhor livro em Estudos Africanos da Associação de Estudos Africanos do Reino Unido/ *ASAUK*^{16, 17} Nyamnjoh – um antropólogo camaronês que leciona na Universidade da Cidade do Cabo – oferece uma aula de desconstrução do movimento *#RhodesMustFall*, que surgiu na Universidade da Cidade do Cabo (*UCT*) no início de 2015 e depois se espalhou para Oxford e para outras instituições de elite globais. Baseado em pesquisas extraordinárias espalhadas através das mídias sociais e agências de notícias, Nyamnjoh mapeia as duras realidades que modelaram o poder e a raiva por trás do movimento. Ele mostra a falta de mudanças reais em instituições como a *UCT*, mesmo depois de 20 anos de governo pós-Apartheid; a maioria esmagadora dos acadêmicos vem de comunidades brancas e existem barreiras severas à entrada de pessoas de comunidades negras mais pobres.

Nyamnjoh baseia sua análise dentro de uma estrutura ressonante mais ampla, que relaciona as concepções sul-africanas de forasteiros e do próprio Cecil Rhodes aos atuais paradigmas da mudança histórica. Como observa Nyamnjoh, Rhodes era visto como um *amakwerere*, um forasteiro que não possui os laços tradicionais de parentesco e de terra que ligavam as comunidades da África do Sul antes do surgimento do poder colonial. Nyamnjoh aponta que, desde 1994, a segmentação dos atuais *amakwerere* – trabalhadores imigrantes de Moçambique e do Zimbábue - permitiu que os governantes canalizassem as frustrações para longe de sua causa colonial. O movimento *#RhodesMustFall* viu essa pretensão erodida à medida que o equilíbrio de poder se deslocava e uma nova geração demandava mudanças reais.

Um dos elementos mais oportunos do significativo trabalho de Nyamnjoh é sua discussão sobre como o movimento sul-africano moldou a discussão no Norte global. Uma localização central aqui é Oxford, onde os debates em torno da estátua de Rhodes se tornaram famosos e começaram discussões sobre as maneiras pelas quais o currículo pode ser efetivamente descolonizado. O livro de Nyamnjoh mostra como a mudança real na academia pode ser exercida de forma eficaz a partir do Sul global – ao invés da ressignificação da história africana e de seu significado global através de instituições

¹⁵ Nota do Tradutor: Em português: *#RhodesDeveCair*: roendo o colonialismo resiliente na África do Sul.

¹⁶ Nota do Tradutor: *ASAUK* é sigla de *African Studies Association of the United Kingdom*. Em português, Associação de Estudos Africanos do Reino Unido, criada em 1963 no Reino Unido.

¹⁷ Para fins informativos, gostaria de observar que eu estava no comitê do prêmio *Fage and Oliver* que tomou essa decisão.

financiadas pelo Ocidente. Embora o livro de Nyamnjoh se refira ao contexto africano e da diáspora africana, é de igual relevância para aqueles que trabalham com indigeneidade nas Américas, Austrália ou em muitos aspectos da História da Ásia.

Uma implicação dos livros discutidos nesta revisão é que os estudiosos que se aventuram pouco além dos círculos Anglo-americano/ Europeu e da língua inglesa podem encontrar dificuldades na descolonização dos currículos. Questões e interesses de pesquisa são moldados pela localização e pelo contexto. A mudança genuína, portanto, requer um engajamento consistente por parte dos acadêmicos fora de um círculo acadêmico rico. De fato, a mudança exige que todos os estudiosos ignorem as exigências da percepção de “excelência” e que redefinam radicalmente tal “excelência” de forma colaborativa entre Norte e Sul – onde a excelência não é apenas um simples sinônimo para a oportunidade de massagear os egos inflados dos acadêmicos que desejam se juntar a *Ivy League* e Oxford.

Esse processo não será rápido, mas pode seguir por etapas incrementais. Programas como os workshops de escrita da *ASAUK* oferecem um modelo que aqueles que trabalham em outras áreas geográficas podem replicar. Através deste esquema, os editores trabalham com acadêmicos africanos e buscam publicar seus trabalhos em periódicos globais. A publicação de mais trabalhos de acadêmicos radicados no Sul global e assegurando que as revisões por pares sejam comissionadas a esses acadêmicos, pode assegurar que uma pluralidade de vozes influencie o discurso acadêmico. Isso pode, por sua vez, desafiar a percepção de uma universalidade das trajetórias históricas, nos lembrando de que o discurso histórico e a prática podem ser tanto plurais quanto singulares ou “universais”.¹⁸

Mas, em vez de concluir com uma noção de quanto tempo esse processo pode levar, é bom terminar refletindo sobre algumas notícias positivas. O livro de Nyamnjoh foi escrito por um intelectual africano e publicado pela editora Langaa Publishing em Camarões. Dos outros sete livros pré-selecionados para o prêmio *Fage and Oliver* de 2018, um também foi publicado em Camarões e outro escrito por um autor radicado na Namíbia. Ideias estão surgindo do Sul global, nutridas por

¹⁸ Para uma análise de como esse discurso plural era um aspecto fundamental da historiografia nahua pré-contato, ver TOWNSEND (2016). Um exemplo recente destes trabalhos foi uma série de workshops realizados conjuntamente com acadêmicos das universidades do Gâmbia (2014 e 2018) e de Serra Leoa (2017), o que levou ao aumento de publicações dos acadêmicos dessas instituições em revistas internacionais.

novas tecnologias e também pelo crescimento da educação de nível superior; como sugeriu este artigo. É importante que estas ideias transformadoras sejam reconhecidas.

Uma coisa é evidente. A visão de mundo que facilitou o surgimento do populismo ao redor do globo, de desastres ecológicos e que ainda persiste com a definição da História da África nas instituições ocidentais começou a entrar em decadência. Mudança e transformação devem vir do exterior. Estudiosos da África e da Diáspora podem ainda querer exibir uma “agência”. Contudo, parece improvável que as mudanças vitais necessárias sejam propiciadas por este paradigma se continuarem a serem promovidas por estudiosos que nunca colocaram os pés na África subsaariana, como disse Charles Ralph Boxer (1963, p. 40) em um contexto análogo sobre o ditador português Salazar.

Agradecimentos

O autor gostaria de agradecer a Manuel Barcia, George Bob-Miliar, Hassoum Ceesay, Alexander Gebara, Christabelle Peters e Tatiana Seijas por seus comentários e envolvimento neste artigo de revisão.

Declaração de divulgação

Nenhum potencial conflito de interesses foi relatado pelo autor.

Nota sobre o autor

Toby Green é Senior Lecturer em História e Cultura Africana Lusófona no *King's College London*. Ele é o autor de *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589* (Cambridge University Press, 2012) e de *Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution* (Allen, Lane/Chicago University Press, 2019). Foi o organizador de eventos em colaboração com instituições em Angola, Brasil, Gana, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Gâmbia.

Referências bibliográficas

ALVARES d'Almada, André. **Tratado Breve dos Rios de Guiné e Cabo Verde**. (Ed.). António Luis Alves Ferronha. Algevirão: Editorial da Ministério da Educação, 1994.

BAMBA, Abou. **African Miracle, African Mirage: Transnational Politics and the Paradox of Modernization in Ivory Coast**. Athens: Ohio University Press, 2016.

- BARCIA, Manuel. **West African Warfare in Bahia and Cuba: Soldier Slaves in the Atlantic World, 1807–1844.** Oxford: Oxford University Press, 2014.
- BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BARRY, Boubacar. **Le Royaume du Waalo: Le Sénégal Avant la Conquête.** Paris: Éditions Karthala, 1985.
- BENNETT, Herman L. **African Kings and Black Slaves: Sovereignty and Dispossession in the Early Modern Atlantic.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.
- BOXER, C. R. **Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415–1825.** Oxford: Clarendon, 1963.
- BOULÈGUE, Jean. **Le Grand Jolof (XIIIe – XVIe Siècles).** Blois: Éditions Façades, 1987.
- BRIGGS, Ryan C.; WEATHERS, Scott. Gender and Location in African Politics Scholarship: The Other White Man’s Burden?. **African Affairs**, v. 115, n. 460, p. 466-489, 2016.
- CANDIDO, Mariana P. **An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- CAVAZZI da Montecuccolo, Antonio. **Istorica Descrizione de’ Tre’ Regni Congo, Matamba, et Angola Situati Nelli’ Etiopia Inferiore Occidentale e Delle Missioni Apostoliche Esercitatevi da Religiosi Capuccini.** Bologna: Giacomo Monti, 1687.
- FARIAS, Paulo de Moraes. **Medieval Arabic Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles, and Songhay-Tuareg History.** Oxford: Oxford University Press for the British Academy, 2003.
- FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Trade in the Atlantic World: Angola and Brazil in the Era of the Slave Trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FISHBURNE-COLLIER, Jane. **Marriage and Inequality in Classless Societies.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1988.
- GOMEZ, Michael A. **African Dominion: A New History of Empire in Early and Medieval West Africa.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2018.

GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HORTA, José da Silva. Evidence for a Luso-African Identity in ‘Portuguese’ Accounts on “Guinea of Cape Verde (Sixteenth-Seventeenth Centuries). **History in Africa**, v. 27, p. 99-130, 2000.

JOHNSON, Walter. On Agency. **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 113-124, 2002.

KANE, Oumar. **La Première Hégémonie Peule: Le Fuuta Tooro de Koli Tengella à Almaami Abdul.** Paris: Karthala/Presses Universitaires de Dakar, 2004.

LOVEJOY, Paul E. **Jihad in West Africa During the Age of Revolution.** Athens: Ohio University Press, 2016.

LOVEJOY, Paul E. **Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira. **O Gâmbia no Mundo Atlântico: Fulas, Jalofo e Mandingas no Comércio Global Moderno (1580-1630).** Curitiba: Editora Prismas, p. 155, 2017. R\$78, ISBN: 978-855078538.

MAMDANI, Mahmood. **Scholars in the Marketplace: The Dilemmas of Neo-Liberal Reform at Makerere University, 1989–2005.** Kampala: Fountain, 2007.

MARK, Peter. African Meanings and European-African Discourse: Iconography and Semantics in Seventeenth-Century Salt Cellars from Serra Leoa. In: (Org.) TRIVELLATO, Francesca; HALEVI, Yaor; ANTUNES, Cátia. **Religion and Trade: Cross-Cultural Exchanges in World History, 1000–1900.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

MARK, Peter. Towards a Reassessment of the Dating and the Geographical Origins of the Luso-African Ivories, Fifteenth to Seventeenth Centuries. **History in Africa**, v. 34, p. 189–211, 2007.

MOTA, Thiago Henrique. **Portugueses e Muçulmanos na Senegâmbia: História e Representações do Islã na África (c. 1570–1625).** Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MOTA, Thiago Henrique. **A Grande Jihad na África: História Atlântica da Islamização na Senegâmbia, Séculos XVI e XVII.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, p. 373, 2018.

- NKRUMAH, Kwame. **The African Genius:** Speech Delivered by Osagyefo Dr. Kwame Nkrumah at the Opening of the Institute of African Studies, 25th October 1963. Accra: Government Printer, 1963.
- NYAMNJOH, Francis B. Bamenda. **Rhodes Must Fall: Nibbling at Resilient Colonialism in South Africa.** Langaa Publishing, p. 298, 2016. \$34, ISBN: 9956763160.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé:** História e Ritual na Nação Jeje na Bahia. Campinas: UNICAMP, 2007.
- PARÉS, Luís Nicolau. **O Rei, O Pai e a Morte: A Religião Vodum na Antiga Costa dos Escravos na África Ocidental.** São Paulo: Editora Schwartz/Companhia das Letras, 2016, p. 488, 2016. R\$59,90, ISBN: 978-8535927368.
- SANTOS, Vanicléia Silva; PAIVA, Eduardo França; GOMES, René Lommez (Org.). **O Comércio de Marfim no Mundo Atlântico: Circulação e Produção (Séculos XV a XIX),** Belo Horizonte: Clio Gestão e Editora/Centro de Estudos Africanos da UFMG, p. 306, 2017. R\$89, ISBN: 978-8568158173.
- SILVA, Daniel Domingues da. **The Atlantic Slave Trade from West-Central Africa, 1780–1867.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- SWEET, James H. **Domingos Álvares:** African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
- THIAW, Ibrahima. **Espaces, Culture Matérielle et Identités em Sénégal.** Dakar: CODESRIA, 2010.
- THORNTON, John K. **Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400–1800.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- TOWNSEND, Camilla. **Annals of Native America:** How the Nahuas of Colonial Mexico Kept Their History Alive. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- ZELEZA, Paul Tiyambe. Banishing the Silences: Towards the Globalization of African History. Disponível em: <https://www.codesria.org/IMG/pdf/zeleza>. Acesso em: 10 out. 2018.